

1 **12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
2 **ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 13 DE JUNHO DE 2013.**

3• Aos treze dias do mês de junho de 2013 às oito horas, na Secretaria de
4 Ação Social teve início à décima segunda reunião Extraordinária do Conselho
5 Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e
6 representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de
7 Atendimento a Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião
8 **quinze (18) conselheiros sendo: sete (6) do poder público e doze (12) da**
9 **sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato
10 Taveira, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos
11 Donizete Moreira Matos, Cristiane Barcaroli; Fernanda Barcelos Figueiredo
12 Salomão, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de
13 Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Patricia Ferreira da Rocha
14 Marchezin, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de
15 Campos, Teresa Cristina Martins Leite Imada; **conselheiros suplentes:** Jane
16 Izabel Miranda Viagioti Lellis, Juliana Bertazzi Passone; Solange Aparecida de
17 Matos Galhardo; Aparecida das Dores Oliveira Schmidt. **Com a seguinte**
18 **pauta: Termo de Aceite** – Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e
19 Adultos com Deficiências, em Situação de Dependência, em Residências
20 Inclusivas. A presidente Tina iniciou a reunião explicando que essa reunião
21 extraordinária foi agendada especificamente para a discussão referente ao
22 Termo de Aceite do Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos
23 com Deficiências, em situação de dependência em Residências Inclusivas.
24 Esclareceu que este assunto já foi discutido no colegiado no ano de 2012
25 quando o MDS propôs ao município o Aceite desse Serviço e na ocasião foi
26 realizada uma consulta junto a várias entidades sobre o interesse em

27 desenvolver esse serviço e não havendo manifestação favorável de nenhuma
28 instituição, o Aceite não foi feito. Agora o MDS disponibilizou novamente esse
29 Aceite e, portanto, o Órgão Gestor está trazendo a proposta de adesão do
30 município para discussão e deliberação do colegiado em caráter de urgência,
31 uma vez que o prazo para adesão expira no próximo dia 14. Em seguida, Tina
32 passou a palavra à Diretora de Proteção Social Especial, Ana Paula que
33 informou que esse Serviço de Acolhimento Institucional em Residências
34 Inclusivas compõe os Serviços de Proteção Social Especial de Alta
35 Complexidade. Disse que essas residências devem ser adaptadas e
36 localizadas na comunidade para atender as pessoas com deficiência em
37 situação de dependência e devem dispor de equipe especializada e
38 metodologia adequada para prestar atendimento personalizado e qualificado,
39 proporcionando cuidado e atenção às necessidades individuais e coletivas dos
40 usuários. O público alvo da residência inclusiva é caracterizado por jovens e
41 adultos com deficiência, prioritariamente os beneficiários de BPC, que não tem
42 condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar e/ ou que
43 estejam em processo de desinstitucionalização de instituições de longa
44 permanência. Esclareceu que o atendimento em residências inclusivas deve
45 ser ofertado, exclusivamente, para pessoas com deficiência física e intelectual
46 e que as pessoas com problemas relacionadas à saúde mental devem ser
47 atendidas pela política de saúde. Ana Paula informou que de acordo com a
48 NOB/RH, a equipe mínima de recursos humanos é composta por psicólogo,
49 terapeuta ocupacional, assistente social, cuidadores, coordenador, motorista e
50 auxiliares de cuidadores, porém havendo necessidade, outros profissionais
51 poderão compor essa equipe. Esclareceu que cada residência atende no
52 máximo até dez usuários, devendo funcionar 24 horas ininterruptamente. Ana

53 Paula enfatizou que esse Serviço de Acolhimento tem como finalidade
54 contribuir para a construção progressiva da autonomia dos usuários, com maior
55 independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida
56 diária, bem como, a participação social e a inclusão na sociedade. Em seguida
57 apresentou os valores de cofinanciamento sendo R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
58 do Governo Federal, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do Estado e estima-se como
59 contrapartida do município, o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). A
60 conselheira Fernanda perguntou se foram feitos estudos sobre a demanda de
61 atendimento. Ana Paula afirmou que ainda não há uma estimativa formalizada
62 do número de pessoas para esse atendimento e que esse estudo será feito
63 após o Aceite. Tina e Márcio afirmaram que apesar do município não ter dados
64 formais sobre essa demanda, ela existe, e que com a implantação desse
65 serviço o município poderá atender essa demanda de forma qualificada e de
66 acordo com o que a política prevê. Ana Paula afirmou que esse serviço
67 também está inserido no Plano Viver sem Limites do Governo Federal que
68 propõe ações específicas para a pessoa com deficiência. A proposta do Órgão
69 Gestor é fazer uma mobilização com orientações junto a toda a rede
70 socioassistencial e abrir um processo de seleção junto às entidades
71 interessadas em desenvolver esse Serviço. Após algumas considerações sobre
72 a importância e relevância do serviço, o Aceite foi aprovado por todos os
73 presentes. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e a ata lavrada
74 pela Secretaria Executiva do CMAS.